



Correio Sindical Mercosul

Servico de Notícias -n.46

18 de setembro de 2000

Imagem da semana

Violência contra o movimento sindical

Pelo menos 140 dirigentes sindicais foram mortos ou desapareceram no mundo no ano passado, informou a CIOSL (International Confederation of Free Trade Unions - ICFTU).

Mais da metade dos crimes aconteceu na Colômbia.

Porto Alegre - 25 a 30/01/ 2001

Fórum Social Mundial

<http://www.forumsocialmundial.org.br/>

é só clicar ➡ Índice

Movimento Sindical e Trabalho

Mercosul

Empresas e Setores

Relações Externas

Notas e Correspondências

CORREIO SINDICAL MERCOSUL

É parte do projeto Mercosul entre a CCSCS, SPIs, ORIT/CIOSL e FFE.

Ma. Silvia Portella de Castro -
coordenadora.

Daniel Campos - Argentina
Antonio Carlos P. Castro - Brasil
Antonio Pecci - Paraguay
Patricia Bouzas - Uruguay

✉ cesint@uol.com.br



MOVIMENTO SINDICAL E TRABALHO

Informe da CIOSL sobre os direitos sindicais no mundo

Pelo menos 140 dirigentes sindicais foram mortos ou desapareceram no mundo no ano passado, informou ontem a International Confederation of Free Trade Unions (ICFTU), com sede em Genebra. Mais da metade dos crimes aconteceu na Colômbia.

Segundo o relatório da pesquisa anual sobre violações do direito de associação sindical, 676 sindicalistas colombianos receberam ameaças de morte em 1999 e 22 chegaram a ser seqüestrados. O número de assassinatos foi alto, 76, mas menor que os 91 do ano anterior.

O quadro revelado pela pesquisa, que cobre 113 países, é de “repressão brutal na América Latina, ataques e interferência na Ásia, prisões na África, grandes restrições e não-pagamento de salários na Europa oriental, e uma crescente tendência de reprimir as atividades sindicais nos países industrializados”, segundo o secretário-geral da ICFTU, Bill Jordan.

O relatório, de 189 páginas, diz que 90 sindicalistas morreram na América Latina. Aconteceram no continente cerca de 70% das 3 mil prisões de sindicalistas em todo o mundo, e 726 latino-americanos foram feridos ou agredidos devido a atividades sindicais legítimas.

Mais de 1.500 sindicalistas em todo o mundo foram feridos, espancados ou torturados; pelo menos 5.800 sofreram algum tipo de molestamento, e 12 mil pessoas foram demitidas injustamente devido ao fato de que pertenciam a um sindicato.

A pesquisa revelou que 37 sindicalistas morreram durante greves na Ásia e no Pacífico, e que as autoridades dessa região “intervêm freqüentemente em assuntos sindicais”.

Segundo a ICFTU, que afirma ter membros em 145 países, que representam mais de 123 milhões de trabalhadores em todo o mundo, sete sindicalistas foram mortos na Europa oriental – quatro deles na Rússia. (*Valor Econômico*, 14.09.00)

A íntegra do relatório da CIOSL pode ser encontrada em:

<http://www.icftu.org/displaydocument.asp?Language=EN&Index=991211030>

 **A publicação acima pode também ser solicitada por e-mail para nossa redação .**

Brasil é o segundo em violência contra os trabalhadores rurais

O Brasil é o segundo país mais perigoso da América Latina para os trabalhadores rurais. Entre 1985 e 1998, 1.158 pessoas ligadas a movimentos sindicais foram assassinados no campo por motivos associados à sua atividade (invasão de terras e conflitos com fazendeiros). Apenas a Colômbia registrou mais homicídios. O mais impressionante é que apenas 86 casos chegaram aos tribunais – sem significar, necessariamente, condenação dos assassinos.

Os dados foram divulgados ontem pela Confederação Internacional dos Sindicatos Livres (ICFTU, na sigla em inglês), que congrega associações do mundo todo e tem sede em Bruxelas. “O Brasil tem uma das piores situações do mundo para o sindicalismo agrário”, disse ao Valor John Fernandez, diretor de direitos humanos da ICFTU.

O relatório afirma que “todos os anos centenas de agricultores a favor da reforma agrária são mortos por assassinos contratados, freqüentemente da polícia estatal”. Para Fernandez, o número elevado de homicídios revela “a dificuldade do governo brasileiro em defender os interesses dos cidadãos”.

CTA realiza elecciones nacionales dia 26 de septiembre

A lo largo y ancho del país y con más de 5.600 mesas instaladas, con un caudal de alrededor de 760.000 afiliados se votarán las nuevas autoridades nacionales, provinciales y regionales. Lo novedoso en estas elecciones de la CTA es la obligatoriedad estatutaria de la participación femenina. Se votarán 2.855 cargos.

La lista para la mesa nacional tiene la siguiente composición: SECRETARIA GENERAL- Víctor De Gennaro – ATE; SECRETARIA GENERAL ADJUNTA- Marta Maffei – CTERA; SECRETARIA ADMINISTRATIVA- Daniel Jorajuría Khars – NOS; SECRETARIA GREMIAL- Víctor Mendibil – FJA; SECRETARIA DE ORGANIZACIÓN - Edgardo Depetri – ATE; SECRETARIA DE COMUNICACIÓN Y DIFUSIÓN - Claudia Quiñones – UTPBA; SECRETARIA DE RELAC. INSTITUCIONALES- Juan Carlos Camaño – UTPBA; SECRETARIA DE RELAC. INTERNACIONALES - Pedro Wasiejko – SUTNA; SECRETARIA DE CONTABILIDAD Y FINANZAS Danilo Mesa – SEJANA; SECRETARIA DE ASISTENCIA SOCIAL- Ariel Basteiro – APA; SECRETARIA DE COND Y MEDIO AMB. DE TRAB.- Francisco Nenna – CTERA; SECRETARIA DE DERECHOS HUMANOS- Alberto Morlchetti - CHICOS DEL PUEBLO; SECRETARIA DE INTERIOR José Rigane - LUZ Y FUERZA; SECRETARIA DE ACTAS -Francisco Formento - MESA JUBILADOS SECRETARIA DE CAPACITACION, PROY. Y ESTADO - Claudio Lozano – ATE; SECRETARIA DE IGUALDAD DE GENERO Y OPORTUNIDAD - Mabel Gabarra - MOV SOCIAL. (CTA- *Conexión Semanal 116, 4 al 11 de septiembre de 2000*)

II Encuentro de Trabajadores de la Salud del Mercosur

El día 13 de septiembre, se llevará cabo en La Falda - Córdoba (Argentina), el II Encuentro de Trabajadores de la Salud del Mercosur, convocado por la Coordinadora de Centrales Sindicales del Cono Sur, en la cual participarán delegados de los gremios de la salud de las centrales miembros de la CCSCS.

En el mismo, dando continuidad a las deliberaciones realizadas en el I Encuentro realizado en Montevideo en diciembre del pasado año, se analizarán los informes y análisis sobre las situaciones nacionales, así como la identificación de la problemática común en el sector. Asimismo se realizará un análisis comparativo de las Relaciones laborales incluyendo negociación colectiva, derechos sindicales, condiciones de trabajo, protección de la salud y seguridad social.

Este encuentro se realiza en el marco de la realización del XXX Congreso Anual de la Federación de Asociaciones de Trabajadores de la Sanidad Argentina (FATSA) de la CGT (Argentina). (*Corresponsal en Uruguay, 12/9/00*)

Brasil : 10 milhões de trabalhadores em luta por aumento de salários

Centrais sindicais unificam campanha salarial

A campanha salarial única das duas centrais deve reunir 24 setores da economia, com data-base neste semestre, e 10,7 milhões de trabalhadores.

Até então, a campanha unificada estava sendo discutida separadamente, em cada central, com o intuito de unir os sindicatos filiados e elaborar suas próprias pautas internas: uma para a CUT e outra para a Força Sindical.

Há anos as centrais tentam fazer esse movimento ganhar força, mas cada uma a sua maneira. As reivindicações comuns aos sindicatos filiados são definidas e uma mesma bandeira é levantada em cada central. Com a discussão conjunta, CUT e Força têm mais chances de pressionar a opinião pública para obter aumentos reais de salários e as reposições de perdas no FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Os petroleiros, com data-base em setembro, querem 8% de reposição salarial, 30% de reposição com as perdas após o Plano Real e 13,85% de ganhos de produtividade. Os bancários também estão, neste momento, elaborando uma contraproposta aos bancos, que não aceitaram o pedido de 9,21% de reajuste salarial.

Alguns segmentos, porém, chegaram até mesmo a rever o índice de reposição salarial já definido com os patrões. Sindicatos com data-base no primeiro semestre querem novas antecipações salariais, por causa do aumento da inflação em julho e agosto.

O Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo decidiu pedir 5% de antecipação salarial neste semestre, além dos 7,23% de reajuste já obtido em maio. "Desde junho tivemos mais de 3% de inflação e, se nós conseguirmos 5%, é possível reduzir a perda", diz Antonio de Souza Ramalho, presidente do sindicato. A negociação, porém, será feita entre trabalhadores e a empresa. *(Folha de São Paulo, 12.09.00)*

Seis mil sindicalistas entram em campanha

As campanhas salariais de categorias como metalúrgicos, bancários e petroleiros vão contar com um aparato de 500 carros de som e 6 mil ativistas sindicais. Esse exército de sindicalistas é o resultado da união da infra-estrutura da Força Sindical e da Central Única dos Trabalhadores (CUT), as duas principais centrais sindicais do País, que reúnem cerca de 4 milhões de trabalhadores em suas bases em São Paulo.

Motivados por um levantamento divulgado no fim de agosto pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que mostra ter havido melhora significativa para os trabalhadores nas negociações entre patrões e empregados no primeiro semestre deste ano - 68% das campanhas renderam reajustes de salários iguais ou maiores do que a inflação, contra 55% no mesmo período de 1999 -, dirigentes da CUT e da Força resolveram unir suas máquinas para tentar garantir uma performance ainda melhor no segundo semestre.

Ontem, diretores das duas centrais reuniram-se e decidiram unificar a estrutura para as campanhas salariais até o fim deste ano e também para reivindicar aumento no salário mínimo (de R\$ 151 para R\$ 180 a ser pago já em janeiro de 2001) e o pagamento da correção do FGTS para todos os trabalhadores. Unificação de fato das campanhas salariais entre as duas centrais ainda não será desta vez. A Força conseguiu definir um índice único para todas as categorias que possuem negociação no segundo semestre (19,27%), mas a CUT já havia apresentado reivindicações de aumentos diferenciados em campanhas de categorias como bancários e petroleiros.

De acordo com o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, as diferenças ideológicas entre as duas centrais permanecem e o ponto de honra da união da CUT com a Força Sindical será a briga por aumentos reais de salário. Para o presidente da CUT, João Felício, a união de estrutura das duas centrais agora no segundo semestre pode servir como base para uma futura unificação de campanhas com índices de reajuste e reivindicações mais uniformizadas. As duas centrais já atuaram em conjunto em negociações de categorias como os metalúrgicos, mas esta temporada de campanhas lado a lado está sendo considerada uma experiência para as centrais.

No próximo dia 20, os atos programados pela CUT em frente às superintendências da Caixa Econômica Federal para pedir a correção do FGTS terão a participação de sindicalistas da Força Sindical e no dia 24 será a vez de a CUT participar da assembléia programada pela Força na Praça da Sé, que tem como tema o FGTS e as campanhas salariais. *(Gazeta Mercantil, 13.09.00)*

Bancários fazem manifestação no dia 13 por reajuste de 9,21%

Em campanha salarial, categoria considera insuficiente reposição de 5% da Fenaban

Os bancários de todo País estão organizando manifestações para a próxima quarta-feira, dia 13, em protesto à contraproposta apresentada pelos bancos na segunda rodada de negociações com a categoria, que tem data-base em 1º de setembro. Representantes do Sindicato dos Bancários de São Paulo disseram que a proposta foi considerada "insuficiente".

Os bancários reivindicam reajuste de 9,21% a título de reposição da inflação no período, mais 19,96% de produtividade. A Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) ofereceu, entretanto, reajuste de 5% sobre os salários de setembro de 1999 e Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 80% sobre o salário, mais R\$ 400,00, limitado a R\$ 3.250,00, pagos em duas vezes. O piso de portaria para a categoria proposto seria de R\$ 336,44 e para caixas, de R\$ 492,03,

com mais R\$ 151,85 de gratificação. O auxílio refeição proposto é de R\$ 9,00 e a indenização por morte em assalto, de R\$ 44 mil reais.

As duas partes também não chegaram ainda a um acordo sobre o pagamento de anuênios, ou seja, gratificações concedidas a cada ano que o funcionário trabalha na empresa. Segundo o Sindicato dos Bancários, as instituições estão querendo extinguir desde o ano passado esse tipo de benefício. A Fenaban propôs o pagamento de uma indenização de R\$ 1 mil e o fim de novos anuênios para quem foi admitido até 31 de agosto, além da eliminação do anuênio dos funcionários admitidos a partir de 1º de setembro.

Os bancários afirmam que a proposta divide os trabalhadores entre os que optarão por manter o benefício; os que vão preferir a indenização em troca do congelamento dos anuênios e os que não terão mais anuênio. A Fenaban recusou-se também, de acordo com o sindicato, a discutir questões como o auxílio-educação, convênio médico, produtividade e segurança bancária. (*O Estado de São Paulo*, 08.09.00)

Denuncian a Paraguay ante la OIT

La Central Nacional de Trabajadores, CNT, denunció ayer al gobierno paraguayo ante la Organización Internacional del Trabajo, OIT, por numerosas y reiteradas violaciones al derecho de los trabajadores y sectores sociales traducidos en persecuciones y violentas represiones. El documento fue entregado a Guillermo Pérez, especialista principal en normas internacionales del trabajo y a Gerardo Castillo, especialista en relaciones con los trabajadores, ambos del organismo internacional. La CNT pidió además, como medida inmediata la intervención del Ministerio de Justicia y Trabajo. A su vez, el vicescanciller nacional, Rigoberto Gauto Vielman indicó que la denuncia presentada es "seria y debe ser tomada con seriedad". (*Ultima Hora y ABC*, 15/09/00).

Federación de Trabajadores de la Industria-CTA convoca movilización

Los trabajadores de la industria se movilizarán el próximo 20 de setiembre, según una decisión del Plenario de Delegados de la Federación de Trabajadores de la Industria (FeTIA). La concentración se realizará a las 12,30 en la sede de la CTA, Av. Independencia 766 y marcharán hasta la Secretaría de Industria, ubicada en Av. Belgrano y Diagonal Sur, donde a la hora 15 presentarán los reclamos del sector.

Por otra parte, el plenario que contó con la asistencia de 220 delegados, resolvió declarar en estado de Emergencia la situación de los trabajadores de la industria y aprobar un documento proponiendo medidas de política económica para el sector industrial.

En la reunión estuvieron representados trabajadores de las actividades industriales metalúrgica, autopartista, del neumático, automotriz, de Defensa nacional, naviera, textil, calzado, celulosa y papel, como también los sectores industriales del azúcar y refinerías de maíz. En la oportunidad se analizó la situación de la Industria Nacional y su incidencia en los trabajadores que ven peligrar sus puestos y fuentes de trabajo, que están amenazados por la pérdida del salario y derechos laborales reconocidos y respetados en los convenios desde hace más de 50 años. Firman el comunicado Pedro Wasiejko y Alberto Piccinini. (CTA- *Conexión Semanal* 116, 4 al 11 de septiembre de 2000)

La CGT disidente convoca a una movilización

La CGT disidente convocó a una movilización a la Plaza de mayo, para el 11 de octubre próximo, en rechazo a la política económica del gobierno.

Se informó que la marcha denominada "Argentinos de Pié" incluirá un cese de actividades a partir del mediodía en el ámbito de la capital federal y provincia de Buenos Aires.

Durante un plenario realizado se reiteró el rechazo a la ley de reforma laboral y las consecuencias de la ley de emergencia económica. Asimismo se acordó realizar una nueva reunión para fijar una estrategia sindical ante esta situación. (*Diario popular*, 13-09).

CUT negocia com montadoras, em vez de salário, redução da jornada

A redução da jornada de trabalho pode transformar-se em moeda de troca nas negociações salariais que começam hoje no ABC paulista. Luiz Marinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, que é filiado à CUT e representa cerca de 40 mil trabalhadores de cinco montadoras (Volks, Ford, Scania, Mercedes-Benz e Toyota), disse ontem que a redução da jornada pode ser aceita para compensar propostas insatisfatórias dos fabricantes de reajuste real dos salários.

Essa compensação, contudo, informou Marinho, não envolverá em hipótese alguma a reivindicação da reposição das perdas salariais.

As negociações salariais com as montadoras, que têm data-base em novembro, são atípicas porque cada empresa conversa isoladamente com seus funcionários. Sendo a maior base de montadoras do país, a alternativa de trocar aumento salarial por menos horas de trabalho pode ser adotada por fabricantes instalados em outras regiões.

Só vamos aceitar a redução de jornada como troca do aumento real porque é algo que está dentro da produtividade. Já a reposição das perdas com a inflação não dá nem para pensar em abrir mão - disse o sindicalista.

O sindicato, porém, ainda não decidiu que índice de reajuste real proporá às montadoras, o que deve acontecer hoje. Dos 40 mil trabalhadores das montadoras do ABC, 69% já trabalham abaixo da jornada padrão brasileira, de 44 horas semanais. Em 99, os metalúrgicos do ABC tiveram reajuste médio de 10,5%, enquanto a inflação medida pelo Dieese ficou em 6,5%. Já os metalúrgicos da GM em São José dos Campos vão pedir reposição mais aumento real de 10%. Eles não aceitam substituir reduzir jornada pelo aumento real, alegando que vivem uma realidade diferente. (*O Globo*, 14.09.00)

Sindicalistas de ANDE denuncian abusos

Dirigentes del Sindicato de Trabajadores de la ANDE denunciaron ayer ante la Fiscalía General al Presidente del Consejo de Administración de la ANDE, Mario Orué y al ministro de Obras Publicas y Comunicaciones, José Alberto Planas, por violación de los derechos humanos, persecuciones, conculcamiento de libertades publicas y garantías constitucionales refrendados en acuerdos internacional ratificados por Paraguay. Denuncian en especial una sistemática persecución contra los principales dirigentes del sindicato a partir de diciembre del año pasado. (ABC 15/09/00).

Los camioneros preparan un paro

Las relaciones entre el Gobierno y el transporte automotor de carga están tensas, y la situación podría desembocar en un paro de actividades a partir del 30 del actual. La medida se cumplirá si antes de esa fecha los camioneros no reciben una respuesta positiva a sus reclamos, algo que, en realidad, ya no esperan.

Sin embargo, las negociaciones para buscar una solución continúan. Los transportistas también están desarrollando acciones estratégicas en el interior para organizar la protesta, si fuera necesario. "Y esta vez no la vamos a levantar con papeles, sino con hechos", dijo a LaNacion Pedro Piermatei, presidente de la Confederación Nacional del Transporte Argentino (CNTA), entidad que agrupa a pequeños y medianos empresarios transportistas del país.

Los reclamos de los camioneros son prácticamente los mismos que motivaron tres paros entre julio del año último y abril último:

- 1) Reducción del costo del gasoil mediante la libre disponibilidad del impuesto a ese combustible.
- 2) Rebaja del peaje y una implementación más sencilla de la bonificación que se practica en ese servicio. En este caso los camioneros se quejan porque la Secretaría de Transporte derivó en Vialidad la entrega de tarjetas para hacer efectivo el descuento y existen escasos lugares para concretar ese trámite.
- 3) Implementación del Registro Unico del Transporte Automotor (RUTA), que para los empresarios significa dotar de transparencia la actividad.
- 4) Que las revisiones técnicas sean nacionales y no provinciales, tal como ocurre hoy en Buenos Aires.

Todos estos puntos fueron incluidos en una carta documento que la CNTA le envió el jueves último al secretario de Transporte, Jorge Kogan. El último contacto con el Gobierno se produjo anteayer al mediodía, cuando el subsecretario de Transporte, José Carballo, habló telefónicamente con Piermatei.

Según el dirigente, "Carballo dijo que el Gobierno estaba muy preocupado por esta situación y que estaban tratando de encontrar una salida al problema". Una fuente del Ministerio de Infraestructura y Vivienda dijo a La Nación que el titular de la cartera, Nicolás Gallo (que representó al Gobierno en negociaciones anteriores), estaba al tanto del conflicto. De producirse el paro de los camioneros a fin de mes, hay posibilidades de que ese sector no vaya solo a la protesta. Algunos representantes del campo planean sumarse a los cortes de ruta por tiempo indeterminado. Entre las entidades del campo que se acoplarían a la protesta se mencionan Confederaciones de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y La Pampa (Carbap) y la Federación Agraria Argentina (FAA). Esta semana se realizará una reunión entre representantes de los camioneros y dirigentes de Carbap para analizar una posible manifestación conjunta, según pudo saber La Nación. (*La Nación*, 11.09.00)

Senado ratifica vía rápida para privatizaciones

Por amplia mayoría, el Senado de Paraguay ratificó esta semana la "vía rápida" para la reforma de entidades públicas y mantuvo la lista inicial de tres empresas, ANTELCO, de teléfonos; CORPOSANA, de aguas y el Ferrocarril, que estarán sujetas al proceso de reorganización y transformación. Pero aceptó una modificación introducida al proyecto en la Cámara de Diputados, por el que en caso de que la Contraloría General de la República verifique graves irregularidades, ambas cámaras legislativas reunidas en congreso podrán interrumpir el proceso. El proyecto vuelve ahora a Diputados para su revisión. (*ABC* 15/09/00).

Dramático aumento de la pobreza en Paraguay

Casi 2 millones de personas viven en situación de pobreza, de las cuales unas 800 mil se encuentran en condiciones de pobreza extrema, según el informe presentado por la Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos. La mayor parte de las personas viven en áreas rurales, en el orden del 60 por ciento. Se señala además que los ricos ganan 44 veces más que los pobres, una desproporción que indica niveles alarmantes, según el informe "Pobreza y Distribución de ingreso". (*Noticias* 15/09/00).

Uruguay: Leve caída en el desempleo

El desempleo cayó tres décimas de punto ubicándose a nivel nacional en el 14%, lo que no sorprendió mayormente al sector empresarial y al gobierno.

Días pasados se mencionó un leve incremento en la actividad de la industria manufacturera, lo que dio lugar a suponer que esto se vería reflejado en el informe que mensualmente da a conocer el Instituto de Estadística. Por otra parte, la tendencia a la baja en la tasa de desempleo se mantendría por el resto del año, con pequeñas oscilaciones, para cerrar el 2000 entre un 13,5 y 14%.

La cifra de desempleo a nivel nacional se sitúa en 14% (período mayo-julio), con una baja en Montevideo (0,8%) y una leve suba (0,1%) en el Interior. La anterior medición lo situaba en 14,3%. (*El Observador* 14/9/00)

Plebiscito :90% dos 5 milhões de votantes pedem auditoria da dívida

Mais de cinco milhões de brasileiros em todo o país - o equivalente a 5,16% do eleitorado brasileiro com base nos dados de 1998- compareceram às urnas para votar no plebiscito sobre a dívida externa organizado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e cerca de 20 entidades da sociedade civil. [CUT, MST e outras]

Cerca de 90% dos votantes optaram pelo não pagamento da dívida externa sem realização prévia de auditoria pública, pela não manutenção do acordo firmado pelo governo brasileiro com o FMI (Fundo Monetário Internacional) e pelo não comprometimento do Orçamento com o pagamento da dívida interna.

O resultado parcial do plebiscito foi considerado um "sucesso absoluto" pelos organizadores. Ao todo, votaram 5.476.115 brasileiros em mais de 3.000 municípios. Segundo a CNBB, falta ser contabilizado cerca de 6% dos votos.

A votação no plebiscito não era obrigatória. Até agora, o Estado com maior comparecimento foi o Espírito Santo, com 17,4% do eleitorado (335.016 pessoas). Em seguida vem Roraima (14,7%) e Santa Catarina (11,22%). Em São Paulo, votaram 1.049.047 pessoas, o equivalente a 4,5% do número de eleitores.

"Não é todo dia que se tem uma vitória", comemorou o deputado José Dirceu (SP), presidente nacional do PT. Para ele, o plebiscito foi "um dos momentos mais importantes da nossa história".

"O resultado mostra uma vontade popular enorme de participar. Quando se abre um canal, o povo participa. Os destinos do país não são monopólio de uma dúzia de tecnocratas", disse o padre Alfredo José Gonçalves, assessor do Setor Pastoral Social da CNBB.

O resultado final do plebiscito deve ser divulgado em até três dias. A contagem dos votos está sendo feita manualmente.

Na avaliação da oposição, o resultado do plebiscito servirá como instrumento de pressão para a aprovação de projeto de realização de um plebiscito nacional oficial sobre a dívida externa.

Proposta nesse sentido foi apresentada ontem na Câmara por José Dirceu.

O projeto de decreto legislativo propõe a realização de um referendo popular oficial sobre os acordos do governo brasileiro com o FMI e sobre a realização de auditorias para a dívida externa brasileira. O projeto de Dirceu tramita normalmente nas comissões da Câmara e depois vai para o Senado. Contava, até a tarde de ontem, com 175 assinaturas e poderia chegar, segundo Dirceu, a 190. Se for aprovado, ele não poderá ser vetado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso. Outra proposta que, segundo a oposição, pode ser impulsionada pelo resultado do plebiscito é a que prevê que o governo brasileiro perdoe as dívidas de nações menos desenvolvidas. O projeto, de iniciativa popular, foi apresentado ontem pela senadora Heloísa Helena (PT-AL). (*Folha de São Paulo*, 11.09.00)

O manifesto das entidades organizadoras sobre o resultado da votação "O Plebiscito confirma: a vida acima da dívida" pode ser encontrado em:

<http://200.219.22.203/pubcutnoticias/cgi/public/cgilua.exe/web/cfg/tpl/user/view.htm?user=reader&infoid=544&editionsectionid=2>

Salto será sede del "Primer Encuentro Regional de Trabajo Rural en Mercosur"

La ciudad uruguaya de Salto será sede del "Primer Encuentro Regional del Trabajo Rural en el Mercosur", organizado a instancias de la Universidad de la República y del Instituto de Derecho del Trabajo del Uruguay. El evento a desarrollarse los días 27, 28 y 29 de octubre contará con la presencia de especialistas de alta trayectoria académica, provenientes de los países miembro del Mercosur.

Los invitados son de los cuatro países del Mercosur y se está invitando a profesores especialistas en la materia, seguramente van a estar en los paneles abogados laboristas y sociólogos especializados en el trabajo rural o campesino, como en el caso paraguay de economistas agrarios. (*La República* 11/9/00)

Fitim publicou Informe Auto 2000

A Federação Internacional dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas acaba de publicar um relatório sobre a situação da indústria e dos trabalhadores automobilísticos no mundo. A publicação do relatório coincide com a realização em Wolfsburg, na Alemanha, nos dias 26 e 27 próximos do reunião do Conselho Mundial do Automóvel.

A publicação tem 54 paginas e além da informação habitual sobre a situação do emprego e das perspectivas da indústria, faz uma comparação e avaliação das novas alianças mundiais que estão se formando na indústria automobilística. Também, através de uma previsão de longo prazo, oferece uma estimativa razoável das tendências nas vendas de veículos em 2020.

O informe pode ser obtido no site da FITIM, na sessão de "Publicações", em três línguas : inglês, alemão e espanhol . Veja em <http://www.imfmetal.org> . (IMF News Brief, 14.09.00)

 **A publicação acima pode também ser solicitada por e-mail para nossa redação .**

[regressar](#)



Acuerdo con Brasil para reprimir contrabando

Los cancilleres de Paraguay y Brasil se reunirán la semana próxima en Brasilia para acordar un documento sobre prevención y represión del contrabando y falsificaciones de productos de tabaco, con particular énfasis en el control de productos de lujo, whisky, armas de guerra y cigarrillos. (*Ultima Hora*, 15/09/00).

Buscan integrar el sector azucarero

La necesidad de avanzar en la integración azucarera a nivel del Mercosur fue debatida en Brasil, en una reunión entre legisladores argentinos y brasileños. Allí se decidió impulsar una comisión parlamentaria especial para analizar el tema y buscar una fórmula de consenso.

El problema azucarero —uno de los más conflictivos en la formación del Mercosur— generó nuevas tensiones entre los dos países hace quince días, cuando el Congreso sancionó una ley para prorrogar indefinidamente los aranceles que, desde 1992, protegen a los ingenios de Tucumán, Salta y Jujuy de la competencia externa. Aunque esa ley luego fue vetada por el presidente Fernando de la Rúa, el Ejecutivo decidió prolongar esa protección hasta el 2005. En Brasil, el mayor exportador mundial de azúcar, esperaban que las barreras argentinas terminaran a fin de año. Por eso la medida cayó muy mal.

Tras participar de la reunión con los brasileños, el diputado radical Carlos Raimundi informó que la parte argentina "reclamó comprensión", amparándose en "la delicada situación social y productiva en que quedarían las provincias del NOA si se avanzara en la eliminación de los aranceles".

Raimundi analizó con el principal negociador brasileño para el Mercosur, José Botafogo Goncalves, la posibilidad de que en el futuro se pueda avanzar en una verdadera integración. Y una opción sería la incorporación de los productores argentinos al programa brasileño que fomenta la producción de alcohol de caña de azúcar, para usarlo como combustible. (*Clarín*, 13-09).

Paraguay domina el transporte por el Paraná

En los primeros ocho meses, las cargas que salieron o ingresaron por puertos paraguayos sobre el Paraná, limítrofes con Misiones, ascienden a 640.000 toneladas, todo un récord para tan corto período. Se estima que ya navegaron por la zona 85 convoyes y se utilizaron 600 barcasas (con una capacidad promedio de 1800 toneladas cada una), que pasaron por la esclusa de Yacyretá sin tener que pagar costo alguno.

La mayor parte de la producción paraguaya transportada por vía fluvial se compone de soja, y también combustible, en buques cisterna, que se trae desde refinerías argentinas para dejarlo en depósitos ubicados en Encarnación, frente a Posadas, propiedad de la firma Ultrapar. Luego se distribuye en el interior del Paraguay llegando hasta Ciudad del Este.

Los buques que subieron y bajaron con 640.000 toneladas de cargamentos varios reemplazaron la tarea de 2200 camiones, lo que implicó una gran descongestión del tránsito pesado en beneficio de la seguridad y del medio ambiente.

Esta información contrasta con lo que sucede en la margen izquierda del Paraná, en territorio argentino. En efecto: en el mismo período, aquí no se registraron cargas desde y hacia puertos misioneros, que - pese a tantas promesas oficiales y planes de privatización- continúan inactivos. Entre las compañías navieras que compiten por captar el flujo de mercadería figuran la línea Panchita G., propiedad de una firma francoinglesa; Riego Gauto, del Paraguay; American Charge Barge Line (ACBL), de EE.UU.; Ocean Marin, de los hermanos chilenos Menéndez, radicados en Buenos Aires, y las argentinas Horamar y Guniski. (*La Nación*, 12-09).

Mercosul avança 20% em sete meses

O Mercosul vai recuperar neste ano mais da metade do que perdeu em 1999, a pior fase do bloco. Com base nos números disponíveis até julho, a corrente de comércio entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai vai elevar-se em US\$ 3 bilhões, 20% mais do que no ano passado. A recuperação é considerada significativa, dadas as incertezas que engolfaram a região no início de 2000. Nas trocas bilaterais entre Brasil e Argentina, o crescimento médio foi de 18% nos sete primeiros meses de 2000. (*Gazeta Mercantil*, 13.09.00)

Chile é o próximo passo

Analistas brasileiros e argentinos concordam que a recuperação deste ano ficará acima do inicialmente imaginado. Mas ressaltam que falta ainda ao Mercosul a capacidade de se organizar para obter um crescimento sustentado e cativar o mercado internacional. 'Os níveis de recuperação são muito bons, ainda que garantidos basicamente pelos resultados do Brasil e pela conta de combustíveis, que ajudou o superávit argentino', avalia o ex-secretário de Comércio Exterior do governo Carlos Menem, Felix Peña, especialista em Mercosul.

Para ele, conflitos como o automotivo são desgastantes para o bloco, que ainda é visto com desconfiança pelo mercado financeiro internacional. Peña julga fundamental como próximo passo a inclusão do Chile ao bloco. (*Gazeta Mercantil*, 13.09.00)

Argentina : indústria quer desvalorização do peso

O secretário-geral da União Industrial Argentina (UIA), José Ignacio de Mendiguren, afirmou que a Argentina deveria seguir o caminho do Brasil, desvalorizando a moeda, para voltar a crescer.

A defesa da mudança no câmbio, feita por Mendiguren no dia da exportação, foi uma das primeiras na Argentina, onde falar a palavra desvalorização é praticamente um tabu.

"O Brasil tomou a medida de desvalorizar o real e, em um ano e meio, está atraindo um elevado investimento estrangeiro", disse Mendiguren ao diário econômico "El Cronista", de Buenos Aires.

De acordo com o secretário-geral da UIA, se o governo brasileiro tivesse escutado os "gurus" econômicos da Argentina, mantendo o câmbio atrelado ao dólar, o país estaria estagnado. "Se a Argentina não destravar a economia, os investimentos não chegarão." Para a maior parte dos economistas argentinos, o país deve manter a política de câmbio fixo, vigente há quase dez anos. (*Folha de São Paulo*, 15.09.00)

País discute no Mercosul acerto com o Canadá

O Brasil está discutindo com seus sócios no Mercosul uma das parcelas do pacote de compensação que vai oferecer ao Canadá na última semana de setembro, durante negociações bilaterais em Nova York. A intenção do governo é criar cotas tarifárias para uma lista de produtos de interesse do Canadá, mas também evitar que esse acesso facilitado venha a prejudicar concorrentes da Argentina, do Uruguai e do Paraguai ou mesmo ferir as regras básicas do Mercosul.

Segundo o embaixador José Alfredo Graça Lima, do Itamaraty, o pacote de compensações ao Canadá deverá ser finalizado pela Câmara de Comércio Exterior (Camex) até o próximo dia 22.

Segundo Graça Lima, a maior parte desse pacote de compensação estará apoiada na preferência a empresas canadenses em processos de licitação do governo federal - para compra de aeronaves, por exemplo. Mas será inevitável incluir vantagens tarifárias para

produtos de interesse do Canadá. Essa solução gera pelo menos dois problemas entre o Brasil e seus vizinhos. O primeiro está no fato de o Brasil não contar com total autonomia para alterar a Tarifa Externa Comum (TEC), que tem de ser discutida no Mercosul. O outro empecilho está na probabilidade de constar na lista alguns itens que concorrem no mercado brasileiro com os provenientes dos demais parceiros do Mercosul. Um dos casos prováveis é o trigo. (*Valor Econômico*, 14.09.00)

Mercosur: foro sobre nueva economia y espacio exportador

El Consejo de Comercio Exterior del Mercosur (Mercoex XVII) iniciará mañana en Buenos Aires dos jornadas de debates sobre el desafío de la nueva economía y la ampliación del espacio exportador. Las jornadas comenzarán mañana por la mañana en un hotel de Buenos Aires con la apertura del Mercoex XVII a cargo del presidente de la Cámara de Exportadores de la República Argentina (CERA), Enrique Mantilla; y representantes de comercio exterior de Brasil, Uruguay y Paraguay. El temario prevé el análisis de la institucionalización del Mercosur, el replanteo de la Unión Aduanera, mitos y realidades de la agenda Mercosur, negociaciones internacionales, comercio electrónico y foro empresarial del Area de Libre Comercio para las Américas (ALCA).

Por otra parte, el miércoles se celebrará en Argentina el Día de la Exportación y durante la jornada habrá disertaciones de funcionarios públicos del área económica y parlamentarios. En ese marco, el vicescanciller argentino, Horacio Chighizola, se referirá a la estrategia internacional en el 2000. (*El País*, 12.09.00)

Dicen que Brasil y Argentina violan el Mercosur con sus zonas francas

Brasil y Argentina violan todos los acuerdos firmados en el Mercosur, a través del funcionamiento de sus zonas francas de Manaus y Tierra del Fuego, aseveró el vicepresidente de la Cámara y Bolsa de Comercio, Dr. Domingo Daher.

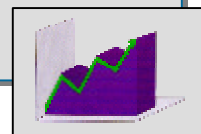
En ese sentido, el dirigente rechazó la opinión del embajador brasileño Luiz Augusto de Castro Neves, quien puso en duda la legalidad de la reexportación de artículos, en el marco del régimen de turismo de compras. ``Me sorprendió la opinión del embajador, porque el Brasil en este momento tiene una situación que controlar, como el caso de Manaus, que es peor que Ciudad del Este. En este momento Manaus supuestamente ensambla artículos, pero no es así en un 100 por ciento, sino que trae productos casi terminados (de extrazona), se los encajona y se los titula como producción nacional'', aseveró.

``Entonces, -añadió- en esas circunstancias yo creo que Brasil tiene muy poca autoridad moral para exigirnos a nosotros terminar con el régimen de turismo, cuando que ellos mismos están haciendo algo peor en Manaus''. Daher agregó que lo mismo están haciendo los argentinos en Ushuaia (Tierra del Fuego). En ese sentido, pidió sinceramiento a todos los consocios del bloque.

Afirmó que si ambos países quieren hacer una crítica de este tipo, que es ``absolutamente injusta e ilegal'', el embajador del Brasil no tiene por qué emitir opinión alguna sobre la política fiscal interna de nuestro país, dado que no existe ningún indicio de ilegalidad en los regímenes que se están manejando, ni siquiera dentro del Mercosur, porque en ese contexto nada hay que hable respecto a la unificación de los sistemas impositivos internos de los países. (*ABC/Paraguay*, 13.09.00)

[regressar](#)

EMPRESAS E SETORES



Peugeot presiona por las autopartes

El director general de Peugeot en todo el mundo, Frédéric Saint Geours, llegó a Buenos Aires y les recomendó a los gobiernos de la Argentina y Brasil que limen cuanto antes las diferencias técnicas que mantienen parado el régimen automotor.

Pero Saint Geours, que también es presidente del grupo Peugeot Citroën en la Argentina, no tiene urgencia para que se cierre el acuerdo de cualquier modo, sino con el método de cálculo que propone Brasil.

"Me parece extraño que exista este lío entre la Argentina y Brasil. Es más sencilla la forma en que quiere medir Brasil. Y hay que ir hacia lo más sencillo", dijo ayer el ejecutivo. "No es nuestro papel meternos en los problemas políticos entre países. Pero le vamos a decir al ministro de Economía (José Luis Machinea) que la existencia del régimen es importante", agregó.

El director general de Peugeot Citroën Argentina, Luis Ureta Sáenz Peña, dijo que "nosotros cumplimos con el contenido nacional mínimo medido por procesos (el sistema que exige Brasil). Pero el problema es que no se pueden cambiar las reglas de juego. Nosotros invertimos con determinadas normativas. Es muy difícil desagregar una pieza para saber qué tiene adentro. Es un control imposible".

De la puesta en marcha del acuerdo depende que Peugeot realice una capitalización financiera de 200 millones de dólares. El ejecutivo dijo que esperan un mercado interno en el Mercosur de 3 millones de vehículos en 2003/2004.

En la Argentina, Peugeot produjo 35.000 autos en 1999 y espera llegar a los 70.000 este año. También exportarán a Europa 5000 unidades. Saint Geours explicó que quieren tener en 2003 el 8% del mercado total del Mercosur (240.000 autos), y que con la planta argentina, la uruguaya y la que están construyendo en Brasil podrán producir el 80% de ese total. El objetivo de la empresa es ser una marca generalista y tener el 15% del mercado en cada gama de vehículos. (*La Nación*, 08-09).

Acusación argentina a fabrica uruguaya de bicicletas

La empresa fabricante de bicicletas Motociclo inició en Buenos Aires acciones legales contra la Cámara Industrial de la Motocicleta, Bicicleta, Rodados y Afines de Argentina (Cimbra), por considerar que esta gremial ha lanzado en su contra acusaciones infundadas de "triangulación", luego de solicitar a Cimbra una rectificación de sus dichos, lo que fue rechazado por esta gremial.

Motociclo S.A. cuenta con una planta industrial de 86.000 metros cuadrados, donde fabrica alrededor de 40 modelos. Produce al año 330.000 bicicletas, de las cuales exportará este año 190.000 unidades. Más del 90% de sus ventas externas las realiza en Argentina, pero este año ingresó al mercado chileno y al brasileño.

El diferendo con las empresas argentinas se origina en la buena competitividad de Motociclo, que le permitió aumentar sustancialmente sus exportaciones hacia ese país en los últimos años y lograr una participación de mercado cercana al 25%. Cimbra cuestiona, por un lado, el precio al que las unidades de Motociclo se venden en el mercado del país vecino y, por otro lado, el porcentaje de origen Mercosur que tienen sus productos.

En julio pasado técnicos del Instituto Nacional de Tecnología Industrial (INTI) y de la Aduana de Argentina inspeccionaron la planta de la empresa, para determinar si en ella se realizaba un verdadero proceso industrial y no meramente el montaje de elementos fundamentalmente procedentes de fuera del Mercosur. El INTI todavía no ha producido su informe final (*El País*, 15/9/00)

Brasil: Indústria quer espaço na questão do Canadá

Apesar de o Brasil não ter ainda definido que compensações vai dar ao Canadá, para evitar a retaliação de US\$ 1,4 bilhão autorizada pela Organização Mundial de Comércio (OMC) em função da disputa entre Embraer e Bombardier, a indústria nacional já saiu em defesa de seus interesses. O Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários (Simefre) e a Associação Brasileira da Indústria Ferroviária (Abifer) realizaram, ontem, coletiva condenando a criação de qualquer mecanismo para facilitar a importação de veículos ferroviários do Canadá.

'Que a compensação seja em aviões ou outro tipo de material não produzido no País, já que a indústria brasileira é capaz', disse o presidente do Simefre, José Antônio Fernandes Martins, referindo-se à possibilidade de a empresa canadense vir a fornecer carros de passageiros para a Companhia Metropolitana de São Paulo (Metrô). (*Gazeta Mercantil*, 15.09.00)

Ya se desató la puja por el compre nacional

Con un hombre de la UIA y que perteneció al grupo Techint, como Eduardo Casullo en la Aduana, y con Javier Tizado, también ex ejecutivo del mismo grupo, el Gobierno parece haber dado señales más que claras respecto de su interés por defender la industria nacional.

"Se acabó la apertura ingenua", dijo el vicepresidente Carlo Alvarez en el acto en el que se anunció la reactivación del mecanismo conocido como compre nacional.

La tarea ahora es mantener un delicado equilibrio con los sectores más liberales, representados por las empresas extranjeras, particularmente de servicios, que llegaron a la Argentina, los súper e hipermercados y los bancos.

Entre estos sectores surgieron algunas voces de alerta por el retorno del esquema de preferencias para la producción local en las compras del Estado y sus empresas concesionarias.

El temor es una eventual "vuelta al pasado", es decir, a los sistemas que rigieron hasta 1989 y que creaban, según los especialistas, una complicada trama en torno de las adquisiciones de las entonces empresas públicas.

Pero en Economía dicen que nada de eso sucederá. En concreto, lo que prometen hacer es apenas recordar que existe la obligación de que los concesionarios del Estado hagan concursos de precios para sus adquisiciones superiores a los \$ 150.000, lo que según se afirma, no se cumple. Y también se establecerá que si una empresa local ofertó un precio hasta 5% mayor que el de una competidora extranjera, tendrá la oportunidad de igualar. Y a igualdad de precios y calidades, habrá que comprarle al proveedor local.

Y si desde el ala más liberal de los analistas se rechaza el compre nacional, desde la izquierda Claudio Lozano señala que el problema lo constituyen los diferentes intereses empresariales, que son los que llevaron a la virtual quiebra del otrora poderoso e influyente Grupo de los Ocho. Los productores de bienes reclaman más controles en la Aduana y medidas activas para apoyar a sus empresas afectadas por la baja de los precios internacionales y la deflación doméstica. Para Lozano son ellos quienes se beneficiarían con una devaluación, mientras que las privatizadas y los bancos, en todo caso, verían con mejores ojos la dolarización. En el medio, el Gobierno promete que no dolarizará ni devaluará, sino que mejorará la competitividad de la producción local. (*La Nación*, 10-09).

Brasil e Canadá unem-se a favor do amianto

Depois de perder uma disputa sobre comércio de jatos regionais para o Canadá, na Organização Mundial do Comércio (OMC), envolvendo a Embraer e a Bombardier, o Brasil vai sofrer mais uma derrota no órgão, na semana que vem. Desta vez, porém, ao lado do Canadá. Na segunda-feira, a OMC publica o resultado do painel (tribunal de solução de controvérsia) solicitado pelo Canadá, em que o Brasil participa como terceiro país interessado, contra a França, por causa de barreiras ao amianto.

O Brasil extrai 200 mil toneladas de amianto por ano da mina de Cana Brava, em Goiás. A matéria-prima é utilizada principalmente na produção de telhas e caixas de água. Desse total, 35% é exportado para o Sudeste Asiático, Índia, Japão, México e Colômbia. Embora as vendas

desse produto para a Europa sejam mínimas, segundo uma fonte do Itamaraty, o Brasil não tem interesse em fomentar uma percepção pública negativa ao uso do amianto, o que poderia estimular outros mercados a banir o uso do produto. Por isso participou da disputa como parte interessada.

O maior interessado no resultado do painel é o Canadá, principal produtor e exportador de produto. No Brasil, os empresários do setor já estão conformados com a iminente proibição do produto. De acordo com Carlos William Ferreira, diretor da Brasilit, os empresários querem que o banimento se dê a médio prazo, com tempo mínimo de cinco anos para as empresas adaptarem-se a novas tecnologias. Há uma comissão no Ministério do Meio Ambiente estudando o assunto desde o início do ano. "Há muita pressão internacional e interna", disse Ferreira. Segundo ele, existem 22 projetos de lei pedindo o banimento do amianto no Brasil, espalhados pelas assembleias estaduais, câmaras municipais e na Câmara Federal. Representantes das vítimas do amianto no Brasil e centrais sindicais - CUT e Força Sindical - retiraram-se do grupo de trabalho do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), que discute o uso do amianto no Brasil. O rompimento das organizações não governamentais e dos sindicatos ocorreu porque o Conama decidiu adiar a votação do texto que sugere o banimento do produto no Brasil.

A coordenadora da Rede-Virtual-Cidadã pelo Banimento do Amianto e fiscal do Ministério do Trabalho, Fernanda Giannasi, acusa o governo de utilizar a manutenção do amianto como "moeda de troca" com o Canadá, um dos maiores produtores dessa matéria-prima, para obter benefícios nas negociações comerciais no caso Embraer- Bombardier. (*O Estado de São Paulo*, 15.09.00)

Amercosul, meta empresarial

Os 12 presidentes da América do Sul, reunidos duas semanas atrás em Brasília, reafirmaram o que os líderes empresariais da região já anteviam há algum tempo: a formação de um espaço de livre comércio sul-americano, a partir da ampliação do Mercosul (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai), para incluir os países da Comunidade Andina (Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia), assim como Chile, Guiana e Suriname

O objetivo desse novo bloco econômico, que o diretor-presidente deste jornal, Luiz Fernando Ferreira Levy, denominou de Amercosul, é aumentar a competitividade da América do Sul, diante de uma economia globalizada e negociar em melhores condições a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), prevista para 2005.

Os líderes empresariais da região já consideravam o Mercosul embrião de um bloco sul-americano. O que os presidentes sul-americanos se comprometeram a fazer foi investir nessa tendência e integrar a região em uma zona de livre comércio antes de janeiro de 2002. (*Gazeta Mercantil Latinoamericana*, 12.09.00)

TAM desiste de unidade boliviana

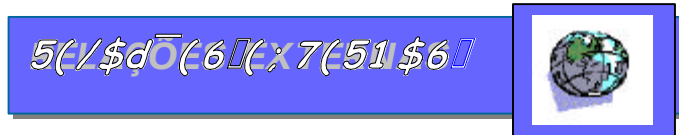
A TAM desistiu de abrir a empresa TAM Bolívia. A companhia aérea brasileira conseguiu uma licença no fim do primeiro semestre para constituir uma subsidiária local e tinha prazo até a semana passada para iniciar a operação. Segundo Rolim Amaro, presidente da companhia aérea, o mercado aéreo boliviano é muito frágil e a competição é controlada. "Não dá para entrar nesse mercado, pois a competição é mais do que econômica, é política", disse.

O executivo sabe da importância da política no sucesso de uma empresa aérea. Quase toda terça-feira, Rolim vai para Brasília realizar sua via sacra pelos três Poderes. Além disso, ele se queixou do excesso de regulamentação governamental no setor, semelhante ao Brasil, onde as tarifas são controladas e as rotas também. "Com todo esse controle o Brasil vai ficar na rabeira do progresso mundial", criticou em um discurso recorrente.

Mas não foi só falta de interesse no mercado que levou a TAM a não realizar o projeto na Bolívia. Houve pressão local contra a entrada da nova empresa aérea, principalmente dos funcionários da Lloyd Aéreo Boliviano (LAB) e da AeroSur, temendo que a competição gerasse desemprego. Os sindicalistas bolivianos acreditavam que as asas vermelhas da TAM poderiam provocar a falência das duas empresas aéreas do país. A decisão deve ter agradado Wagner Canhedo, proprietário da Vasp, que detém uma participação de 50% na Lloyd.

O investimento previsto pela TAM no país andino era de US\$ 80 milhões. Essa seria a segunda empresa da companhia no exterior, somando-se com a TAM Mercosur, no Paraguai. (*Valor Econômico*, 14.09.00)

[regressar](#)



Estrategias: estudian una zona de libre comercio entre el Mercosur y los países del Pacífico Sur

La Cámara de Exportadores de la República Argentina, viajó a fines de julio último a Australia y Nueva Zelanda para evaluar la reacción que, en estos países, despertaría una iniciativa destinada a formar con el Mercosur una zona de libre comercio.

El proyecto se originó debido a que si bien no hay dudas de que interesa mucho la realización de una nueva ronda de negociaciones en la OMC, el hecho de que los países desarrollados no parezcan estar demasiado atentos a ella hace imperioso que se busquen otras alternativas, sobre todo cuando no está aún claro qué sucederá con el ALCA, a lo que se suma lo frustrante de las conversaciones con la Unión Europea.

Por otra parte, haber resuelto iniciar conversaciones entre el Mercosur y Sudáfrica procurando el mismo objetivo le permitiría al bloque tener acceso preferencial a un mercado como es el australiano con importaciones globales que en 1999 alcanzaron los US\$ 69 mil millones, al de Nueva Zelanda con US\$ 14 mil millones y al de Sudáfrica con US\$ 30 mil millones. Respecto de Chile, cabe recordar la reciente decisión de los presidentes Lagos y Cardoso de alcanzar una plena integración con el Mercosur en un plazo de cinco años.

Durante las reuniones realizadas en Australia y Nueva Zelanda se explicó que una forma adecuada para alcanzar una zona de libre comercio podría consistir en aplicar, sobre el arancel de importaciones, una reducción lineal y automática de los derechos aduaneros y demás restricciones al comercio a partir de los gravámenes consolidados por cada país en la OMC. Para el Mercosur, la desgravación se completaría en diez años, mientras que el plazo sería menor tanto para Australia como para Nueva Zelanda.

En Australia, el ministro de Comercio declaró que veía con simpatía la iniciativa de procurar alcanzar una zona de libre comercio. Luego, funcionarios del Ministerio de Relaciones Exteriores expresaron que, en virtud de las dificultades por las que atraviesa el sistema multilateral, también Australia considera importante encarar acuerdos de integración regional como el que se le planteaba.

En Nueva Zelanda, la reacción del gobierno expresada por el viceministro de Relaciones Exteriores fue también positiva con la condición de que se tratara de un proyecto que abarque todos los países del Mercosur, que se hiciera conforme a las normas de la OMC comprendiendo a todos los bienes, las inversiones y los servicios. (*La Nación*, 12-09).

Brasil espera que Mercosur persista cuando funcione Alca

Brasil espera que el Mercosur sobreviva como unión aduanera y foro de concertación política después de que entre en vigencia el Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA), afirmó el miércoles un diplomático brasileño.

"El Mercosur, siendo una unión aduanera, podrá sobrevivir a la creación del ALCA", dijo el principal negociador comercial brasileño, José Alfredo Graca Lima, en una audiencia ante una comisión del Congreso. Por el contrario, señaló que el Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) sería absorbido por el ALCA, por cuanto los restantes socios del acuerdo tendrían el mismo acceso al mercado estadounidense del que actualmente gozan México y

Canadá, los socios de ese bloque. Graca Lima explicó que Mercosur, por ser una unión aduanera, es una alianza más profunda que el acuerdo de libre comercio previsto en el ALCA, cuyas negociaciones para abrir el intercambio entre los 34 países de las Américas y el Caribe deberán estar completas para el 2005. Una unión aduanera, además de conceder aranceles preferenciales para el comercio entre sus miembros, establece una tarifa externa común, que en el caso del Mercosur es de 14 por ciento como promedio. Adicionalmente, Mercosur incluye acuerdos políticos para la coordinación de negociaciones comerciales con otros bloques, y contiene una cláusula que restringe la participación de sus miembros donde se ha producido una interrupción democrática.

Expresó además su preocupación de que el Congreso estadounidense incluya cláusulas que condicionen el acuerdo a normas laborales ambientales cuando concede la autoridad de vía rápida para negociar. De darse tales condicionamientos, señaló el diplomático brasileño, "los términos de la negociación estarían perjudicados". Según Graca Lima, Washington hasta ahora sólo ha estado dispuesto a negociar el aspecto de reglas del ALCA, pero no ha podido emprender una negociación sobre el acceso a los mercados, que es lo que más interesa a los restantes socios. (*El País*, 14.09.00)

Produtos a serem protegidos são desafio para formação da Alca

A decisão sobre quais serão os produtos excluídos da futura Área de Livre Comércio das Américas (Alca), ou seja, que poderão continuar a circular com impostos, será o grande desafio da formação da Alca, de acordo com o chefe do Departamento de Integração do Itamaraty, embaixador José Alfredo Graça Lima. Ele esteve em Barbados, no Caribe, na semana passada, para um encontro entre os negociadores dos 34 países do Continente, menos Cuba, que deverão integrar o bloco comercial até dezembro de 2005. Segundo Graça Lima, para ser considerada uma área de livre comércio, 85% do universo de produtos que circulam na região devem ser comercializados com tarifa zero. Isso sem considerar produtos atingidos por barreiras não tarifárias, como as de caráter técnico e fitossanitários. "A dificuldade será determinar as exceções".

Nesse debate, que ainda não foi iniciado, os países vão tentar continuar protegendo suas áreas mais sensíveis. No caso do Brasil, a tendência será proteger produtos industrializados. Os Estados Unidos poderão manter barreiras para açúcar, carne e suco de laranja, por exemplo. Mas as discussões em torno das exceções ao livre comércio serão apenas teóricas enquanto os Estados Unidos não tiverem o mandato do Legislativo para negociar a Alca. (*Estado de São Paulo*, 14.09.00)

[regressar](#)



NOTAS E CORRESPONDÊNCIAS

CONADU - Federacion Nacional de Docentes Universitarios

Comunicado de prensa

Los docentes universitarios llevarán adelante el 14 de setiembre una jornada nacional de protesta con paros y movilizaciones en todo el país

reclaman :

- el incremento del presupuesto universitario para salarios e insumos de catedra;
- el envío de los fondos adeudados por el tesoro nacional de las universidades nacionales, que superan los 126 millones de pesos;
- el pago de la primer cuota del incentivo a la docencia a los niveles preuniversitarios;
- el pago de la primera cuota de incentivos a los investigadores;
- el retiro del plan caputo-gotifredi;

No basta con un cambio de gobierno, deben cambiar las políticas.

Sin ciencia ni educación no hay nación posible .

MARCHAMOS DESDE EL CONICET. ACTO CENTRAL CONADU - CONICET 15 HS FRENTE AL CONGRESO NACIONAL

Capital Federal, 13 de setiembre del 2000.-

COORDINADORA NACIONAL EJECUTIVA DE ASOC. DE BASE - CONADU

Experiência brasileira de Orçamento Participativo vai para outros países do Mercosul

Uruguay

El Intendente de Montevideo, Arq. Mariano Arana, iniciará una serie de encuentros con los Concejos Vecinales, organizaciones sociales, vecinales, cooperativas, religiosas, deportivas, empresariales y vecinos en general, de todas las zonas de la ciudad. Allí recibirá las propuestas de la población montevideana con miras al próximo presupuesto quinquenal.

Arana se reunió el pasado lunes 11 en el Palacio Municipal con los integrantes de los Concejos Vecinales de las 18 zonas de Montevideo, para lanzar esta etapa de la elaboración presupuestal. (Uruguay - vecinet-notici@s N° 296)

Argentina

El día 27 de septiembre, a las 19 horas, en la sede de la CTA Nacional, Independencia 766, se reiniciarán las actividades sobre el tema Presupuesto Participativo. Esta previsto la proyección de un video sobre la experiencia del PP en Belem y Porto Alegre y la discusión de un plan de trabajo para la Ciudad de Buenos Aires.

Les adjuntamos un material introductorio e invitamos a aquellas organizaciones que han participado en anteriores actividades, y a todas las que se quieran sumar a esta iniciativa.

Instituto de Estudios CTA

Area de Promoción del PP

Encuentros de Fundaciones del Mercosur

La Secretaría Permanente de los Encuentros de Fundaciones del Mercosur por invitación de la Fundación PRO UNI-RIO y la Confederación Brasileña de Fundaciones -CEBRAF-, organizan una reunión de representantes de Fundaciones del Mercosur los días 15 y 16 de septiembre próximo, en Rio de Janeiro-Brasil. Los miembros convocados son:

Argentina: Dr. Rodolfo Borghi - FEDEFA

Bolivia: Dr. Jorge González Roda - Programa Bolívar

Brasil: Prof. Bruno Manzi - CEBRAF

Chile: Dr. Claudio Herrera - Fundación Felipe Herrera

Paraguay: Lic. Juan Vera Ibarra - Fundación Cívica

Uruguay: Dr. Pablo Fontaina Minelli - Fundación Fontaina Minelli

(ONGs. EN ACCION - Setiembre 2.000 Año 1 - Asunción - Paraguay civicus@telebot.com)

Por que o Fórum Social Mundial?

No último día 10 a Folha de São Paulo publicou artigo primoroso de Noam Chomsky sobre o Fórum Social Mundial. Em anexo reproduzimos o texto – vale a pena fazer um clic aqui [regressar](#)

[regressar](#)

